

A importância da participação de crianças e jovens nas práticas de cinema e educação

POR RAQUEL PACHECO¹

Há muitos anos que o investigador David Buckingham (2009) aborda e baseia seu trabalho na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 (há mais de 25 anos). O investigador destaca que há uma distinção importante entre os diversos tipos de direitos: “(...) os direitos à provisão e protecção por um lado (os ditos direitos passivos) e o direito à participação por outro (os direitos activos)” (2009:17). E afirma a existência de um discurso contemporâneo sobre os direitos das crianças, e talvez o aspeto mais visível deste fenómeno é que este discurso tem-se refletido em diferentes legislações de muitos países.

Portugal é signatário desta Convenção e têm o compromisso de aplicá-la de modo prático. O que mais nos interessa nesta parte é percebermos se o direito à participação está presente no dia-a-dia das oficinas de cinema e educação, pois o chão de escola e o dia-a-dia são os melhores medidores para sabermos como estão a serem implementadas as leis sobre os direitos das crianças e jovens.

O direito à participação é definido na Convenção da seguinte maneira:

Artigo 31

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.
2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu

¹ Raquel Pacheco é doutorada em Ciências da Comunicação e autora do livro “Jovens, Media e Estereótipos. Diário de Campo Numa Escola Dita Problemática” (Livros Horizontes, 2009) e de diversos artigos científicos. Coordena e é educadora no projecto de cinema e educação [Media e Literacia](#), colabora no projecto [Dream Teens](#) - FMH e é membro do Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS-NOVA)

benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade².

A Convenção menciona o direito a participar plenamente, o que nos leva a pensar que não se resume em apenas estar a fazer parte de alguma iniciativa, como pensam muitos. Este direito tem um significado mais abrangente, significa mais do que “estar inscrito” e frequentar; a palavra “plenamente” aborda um envolvimento ativo e democrático por parte de crianças e jovens, e garantir este tipo de participação cidadã é uma obrigação de todos os adultos que trabalham com os mais novos. Não é apenas proporcionar uma oficina de cinema e educação, por exemplo, é pensar em mecanismos de participação do aluno dentro desta oficina, ou ainda criar junto com os alunos estes mecanismos, metodologias e dinâmicas, é ouvir o jovem, é fazê-lo sentir-se representado, ou melhor, é dar ferramentas para que ele se auto represente.

A ideia é que todos lá fossem, os que não tinham os exercícios prontos, vão meter lá no blogue. Cláudia: “Olívia, não há tempo...” Cláudia diz que queria mais tempo para trabalhar com os alunos. Professora Sónia: “Não há tempo porque temos que realizar o filme, os ensaios...” Olívia: “Em França, para eles, isso faz parte do processo.” Eu (investigadora) sugiro que esta parte do blogue seja feita pelos próprios alunos... Professora Sónia: “Eu não confio!” (Diário de Campo, p.39).

Observamos que os próprios jovens desconhecem os seus direitos e acreditam que participar é apenas fazer parte/estar presente nas aulas de cinema:

“ Me sinto lisonjeada, tendo em conta que não são todas as crianças que têm essa oportunidade” (Barbara, 15 anos).

“Sinto-me muito bem por estar a participar no projeto porque a nossa turma é a única que tem direito, e o professor é muito fixe” (Alexandra, 14 anos).

“Sinto-me privilegiada” (Érica, 13 anos).

“Sinto-me contente pela oportunidade” (Fátima, 13 anos).

² Fonte: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

“Estar a participar deste projeto de cinema é fantástico pois aprendemos numa escola mais para além da escola e estamos a aprender sobre algo que não é tão comum” (Ana Luísa, 14 anos).

Estar contente por participar de um projeto que envolve aulas de cinema é muito bom. Mas a lógica do significado de participação utilizada nas aulas de cinema é muito parecida com a utilizada pela escola clássica. Neste contexto, o aluno que participa nas aulas (aquele que é considerado um aluno participativo) é o aluno que coloca o dedo no ar quando o professor faz alguma questão e fica à espera de autorização para falar. Mas este tipo de atitude por parte dos alunos é cada vez mais raro, principalmente quando o que está envolvido é o cinema e seus mecanismos que estimulam a criatividade.

Olívia: “Estou a insistir porque os miúdos têm imensas dificuldades de falar sobre o que fazem. Às vezes fico impressionada com o que eles estão a pensar, tanto para o bem como para o mal.”

Professora Sónia: “Mas eles não pensam, têm dificuldades de refletir, falar e escrever.”

Fico a pensar como é engraçado observar os professores constantemente controlando os miúdos para que eles não falem, não interfiram, não façam barulho, sempre numa neurose de silêncio, de mandar calar. Os miúdos não têm espaço para partilhar suas ideias, pensamentos, não têm espaço para criatividade, e depois, na hora que precisam que eles se expressem, que falem, que pensem, eles simplesmente não conseguem, como diria Freud, estão castrados (DC, p.40).

Fizemos a experiência de colocar a palavra “silêncio” para ser localizada através do localizador automático do *Word* no arquivo do Diário de Campo (DC) e encontramos 12 pedidos de silêncio (propriamente ditos, fora outras palavras e gestos que também significam “pedir silêncio” ou “exigir silêncio”), e estes são os que foram registados pela investigadora no DC, sem contar os muitos outros que ficaram de fora.

“Silêncio!” – pede Cláudia pela centésima vez. Mas será que dá para 30 miúdos de 12, 13, 14 anos ficarem em silêncio absoluto durante duas horas de aula de cinema durante a realização final do guião? Faço-me esta pergunta e não consigo obter a resposta (DC, p.73).

A menina que aparece no ecrã, como atriz, começa a rir e a falar com os outros que estão a sua volta, a professora chama a atenção e pede silêncio. Os alunos ficam desconcertados ao se verem no ecrã (DC, p. 29).

A professora chega à sala, entra e logo pede silêncio à turma, como se estivesse a marcar seu território e mostrar quem está no comando, apesar de a turma não estar a fazer nada de mais. Os alunos riem-se da cena no ecrã e a professora diz: “Abstraiam-se disso e vejam se é um bom plano ou não, só isso. E... desliguem os telemóveis”. Esta professora participa do projeto da associação na escola há mais de seis anos (Diário de Campo, p. 32 e 37).

Não é levado em consideração o tempo do aluno, não se pode partilhar a experiência, a dinâmica das aulas de cinema não é construída tendo o aluno como protagonista; o protagonista é o cinema, é o projeto, são os cineastas/professores de cinema, é o professor, é o filme, mas nunca o jovem. Apesar de a maior parte dos envolvidos nos projetos de cinema e educação afirmarem em seus discursos que o mais importante é o aluno, é trabalhar o sentimento, o sentido crítico do aluno e estimular uma cidadania ativa, observamos que estes discursos são desconstruídos no dia a dia, na *praxis*.

Cláudia fala que os alunos devem pensar sobre os sentimentos antes de falar e depois diz: “Vamos repetir o jogo... Beatriz...”

Beatriz: “Saudade e sofrimento.”

Manuel: “Terrorismo.”

Cláudia: “O que isso significa, terrorismo?”

Nesta semana os noticiários da TV falaram muito sobre um possível atentado terrorista que aconteceu durante a Maratona de Boston, USA, em 15 de abril de 2013. Cláudia age como se ignorasse o que ilustra todos os media, várias vezes ao dia, desde o dia do atentado até hoje. Um evento terrorista ocorrido nos Estados Unidos, as notícias só falam sobre este assunto, como se só existisse este acontecimento no mundo, e é claro que os jovens participam desse massacre sensacionalista mediático, mas Cláudia ignora.

Manuel responde meio envergonhado: “Terror...”

Cláudia: “Shiuuuuuu! Não consigo assim!” (percebe-se que tem que haver silêncio absoluto)

Provavelmente os alunos também se lembraram dos noticiários e logo começaram a comentar aquilo que era mostrado na TV como uma enorme tragédia. Cláudia continua a puxar por Manuel.

Outro aluno ajuda Manuel: “É medo!” (Diário de Campo, p.60)

O que a cineasta deseja é tentar diminuir a influência dos media na vida daqueles educandos. Que pelo menos durante as aulas de cinema eles deixem os media e suas influências de lado. Entretanto a escola, afirma Orofino (2005), é um local de encontro entre diferentes culturas e realidades, seja aquela da bagagem pessoal e de identidades dos diferentes alunos, alunas e professores, seja a cultura erudita que ali é ensinada, ou ainda a cultura popular regional do local onde a escola está situada. A complexidade desta situação fica mais clara no momento em que acrescentamos a todo este emaranhado cultural, a cultura mediática que temos hoje. Não existe escola, nos dias de hoje, que não conviva com a influência da cultura dos media.

Referências Bibliográficas:

BUCKINGHAM, D. (2009). “Os direitos das crianças para os media”, in C. PONTE (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

OROFINO, M. I. (2005). *Mídias e Mediação Escolar. Pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.